



## **UMA LEITURA DAS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICO-EDUCACIONAIS NO PROJETO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA O ESTADO DE MATO GROSSO.**

*Magno Rodrigo da Silva  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul // Secretaria de Estado  
de Educação, Esporte e Laser de Mato Grosso  
magnomat@gmail.com*

**Grupo de Trabalho:** Formação de Professores e Currículo.

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo apresentar uma primeira revisão das transformações político-pedagógicas que constituíram o projeto de formação continuada de professores da Educação Básica do estado de Mato Grosso (MT). A revisão integra uma pesquisa de mestrado em andamento, que objetiva investigar, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos do Modelo dos Campos Semânticos, as tensões da prática profissional de professores em meio as referidas transformações e a uma proposta alternativa de formação continuada, em Sinop-MT. Nesse sentido, evidenciamos o panorama que dá origem a pesquisa, além da proposta de um Grupo de Trabalho como modelo alternativo para a formação. Na sequência, apresentamos uma leitura das políticas de formação continuada de professores do referido estado, considerando período entre 1995 e 2016. Por fim, anunciamos algumas considerações e as perspectivas de análise da pesquisa, que poderá apontar subsídios à política de formação continuada de professores.

**Palavras-chave:** formação de professores; formação continuada; política educacional; CEFAPRO.

### **INTRODUÇÃO**

As estratégias de governo e as decisões do poder público sobre o sistema de ensino, que se propõem para assegurar, dentre outras, a acessibilidade e qualidade da educação, podemos compreender como políticas educacionais (MAXIMO E NOGUEIRA, 2009; SAVIANI, 2008). Geralmente, tais decisões influenciam o trabalho do professor, que deve ser considerado tanto para a definição de estratégias, como para sua implementação.

Nesse sentido, diversos pesquisadores, como Sacristán (2000), Imbernón (2009) e Nóvoa (2009), concordam que a formação inicial e continuada de professores deve estar articulada com as propostas de governo ou reformas educativas, para que estas sejam instaladas com sucesso.

Entendemos, neste artigo, por *formação continuada de professores*, ações voltadas para um sujeito professor, que atua no campo educacional e, para isso, passou por um momento de formação em nível superior, exigida pela política educacional brasileira. Dessa forma, tais ações têm entre suas funções questionar e/ou legitimar o conhecimento posto em prática pelo docente, ou ainda, revelar as teorias em exercício, com o intuito de ordená-las, fundamentá-las, revisá-las e, se for necessário, combater-las, colocando em equilíbrio os esquemas práticos e teóricos que direcionam o fazer pedagógico, favorecendo assim o aprendizado do aluno.

Nosso foco, neste artigo, está na análise das transformações ocorridas na política educacional de Mato Grosso, mais especificamente no projeto de formação continuada de professores da Educação Básica, compreendendo o período entre 1995 e 2016. A partir desse objeto, pretendemos apresentar uma leitura, no sentido do Modelo dos Campos Semânticos (como em LINS, 2012, p. 23), de seis dissertações de mestrado (NOBILE, 2014; XAVIER, 2013; BRUNIELLI, 2012; GOBATTO, 2012; HOFFMANN, 2012; SILVA, 2011), um livro (MAXIMO e NOGUEIRA, 2009) e de documentos oficiais que tratam sobre o tema.

Esta análise compreende uma das etapas da pesquisa de Mestrado que está sendo desenvolvida junto ao Grupo de Pesquisa em Formação, Avaliação e Educação Matemática (FAEM), do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGEumat/UFMS). Nesse sentido, na seção (2), apresentamos um breve relato do contexto da pesquisa, com o intuito de situar o leitor.

A referida leitura das transformações político-educacionais são apresentadas na seção (3). Por fim, anunciamos algumas considerações e as perspectivas de análise da pesquisa, que poderá apontar subsídios à política de formação continuada de professores.

## CONTEXTO DA PESQUISA

A partir do ano de 2015, o Governo do Estado de Mato Grosso (politicamente contrário à administração anterior) implementou uma série de medidas que modificaram a política educacional do estado, inclusive no que diz respeito a formação continuada de professores. A pesquisa de mestrado em educação matemática, que se encontra em desenvolvimento junto ao Grupo FAEM, procura compreender esse processo, os impactos para o professor e para o formador de professor, neste cenário.

O FAEM tem como sua principal referência teórico-metodológica o Modelo dos Campos Semânticos<sup>62</sup> e vêm desenvolvendo, em parceria com outras quatro universidades brasileiras, uma proposta de Grupo de Trabalho (GT)<sup>63</sup>, ao qual esta pesquisa se integrou.

O GT se constitui como um local onde professores de matemática da educação básica, formadores de professores da educação básica, alunos da graduação e pós-graduação e professores universitários, participam de encontros para conversar, discutir, aprender, problematizar atividades que envolvem *categorias do cotidiano*; é um espaço formativo no qual os profissionais se encontram com objetivo de compartilhar entraves, potencialidades e realizações de suas práticas profissionais uns com os outros. Não se trata de um curso no qual professores universitários e/ou alunos de pós-graduação vão ensinar os professores da educação básica e/ou alunos da licenciatura, ou um curso no qual as atividades estarão sistematizadas a priori para serem aplicadas. O GT é constituído

[...] na medida em que seus participantes vivenciam as atividades, compartilham suas experiências e oferecem possibilidades de diferentes aprendizagens mútuas. As atividades que a equipe do projeto desenvolverá terão o papel de disparadoras das discussões, sendo que os caminhos a serem percorridos serão constituídos ao longo [de seu] desenvolvimento (VIOLA DOS SANTOS, 2014, p. 9).

Entre os meses de agosto e novembro de 2016, foi desenvolvido um GT na cidade de Sinop/MT pelo Prof. Dr. Edson P. Barbosa, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) – neste espaço formativo desenvolveremos uma etapa dessa pesquisa.

Composto por onze participantes (dois professores da educação básica, seis professores formadores da educação básica, um professor universitário, um aluno da graduação e um da pós-graduação), o GT teve seis encontros de formação gravados em

<sup>62</sup> O corpo deste artigo é demasiadamente curto para discutir as noções do Modelo dos Campos Semânticos, contudo, o leitor interessado pode consultar Lins (2012), ou ainda, os trabalhos em <http://www.faem.com.br>.

<sup>63</sup> Projeto intitulado *o uso de categorias do cotidiano para o desenvolvimento profissional de professores que ensinam matemática*, financiado pelo CNPq (EDITAL MCTI/CNPq N° 14/2014).

áudio e vídeo, além de seis gravações de vídeos-relato, realizados pelo pesquisador responsável logo após cada encontro, no intuito de sintetizar suas impressões da formação.

Nesse sentido, teremos as gravações como instrumentos para a produção de dados para esta pesquisa, juntamente com entrevistas que pretendemos realizar em 2017, a fim de compreender os anseios dos participantes do GT em relação as transformações políticas e discussões no referido espaço formativo.

Além disso, propomos uma revisão bibliográfica e documental a respeito das transformações político-educacionais no estado de Mato Grosso, especialmente sobre a proposta de formação continuada de professores oferecida à Educação Básica. Uma *leitura* desta revisão é apresentada na seção (3) deste artigo.

## **A POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO ESTADO DE MATO GROSSO**

Para compreender a história de evolução na política de formação continuada de professores da rede estadual de Mato Grosso, precisamos retornar às reformas educativas e evoluções pedagógicas que se estabelecem entre as décadas de 1970 e 1990 no Brasil. Período marcado, especialmente, por uma luta por melhores condições de trabalho e valorização do magistério liderada, a nível estadual, pelo pela antiga Associação Mato-grossense de Professores Primários (AMPP), hoje denominado Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT).

Neste artigo, apresentamos uma leitura com destaque para o período iniciado em 1996, ano que os Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (Cefam) – instituições responsáveis por possibilitar formação inicial, atualização e aperfeiçoamento de professores, criados pelo governo federal “para dar uma resposta ao complexo problema na formação de professores na década de 1980” (GOBATTO, 2012, p. 50) –, foram extintos no estado de Mato Grosso.

Em sua concepção, os Cefam do estado de Mato Grosso deveriam funcionar integrados às escolas da rede estadual, especificamente em Cuiabá, Barra do Bugres, Rondonópolis, Várzea Grande, Sinop e Cáceres, oferecendo formação inicial e continuada para os professores das regiões circunvizinhas a estas cidades.

Contudo, nem todos os Cefam promoveram a formação continuada, grande parte centrou suas atividades somente junto a formação inicial, oferecendo o curso de Magistério. De acordo com Gobatto (2012, p.52), o Cefam de Rondonópolis/MT destaca-

se entre os que desenvolveram a formação continuada e promoveram inovações nesse campo, “isso porque as ações desenvolvidas por esta instituição incluíam encontros nos quais professores e alunos do curso de Magistério desenvolviam reflexões sobre o trabalho docente”. Uma particularidade deste Cefam, sediado junto a Escola Estadual Sagrado Coração de Jesus, foi a proximidade com o Departamento de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, *campus* de Rondonópolis (UFMT/CUR), e com o SINTEP/MT.

Com a extinção do Cefam, um grupo de professores da Escola Sagrado Coração de Jesus, apoiados pela UFMT/CUR e SINTEP/MT, “considerou necessário manter as ações de formação continuada e deu origem ao Cefor (Centro Permanente de Formação de Professores)” (GOBATTO, 2012, p. 52).

O novo Centro se destacou como “um trabalho elaborado e gerido pelos próprios docentes, conhecedores da realidade na qual atuavam e dos problemas que enfrentavam no cotidiano da sala de aula” (GOBATTO, 2012, p. 52), funcionando entre 1996 e 1997 com formações que ganharam visibilidade e a participação de profissionais de várias escolas, concentrando cerca de 400 docentes em suas ações. Essa mobilização cresceu de tal modo que chamou a atenção do Governo do Estado, pressionando-o rumo ao desenvolvimento de uma política de formação continuada.

Na mesma época, diversas ações estavam em fase de discussão e implementação pelo governo federal, como a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), pela Lei 9.424/1996, e:

- a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Nº 9.394/96), em 20 de dezembro;
- a elaboração de Parâmetros e Referenciais Curriculares Nacionais;
- a criação da TV Escola;
- a avaliação de cursos de nível superior;
- a análise de qualidade de livros didáticos brasileiros pelo MEC. (MAXIMO e NOGUEIRA, 2009, p. 41)

Destas ações, os Artigos 2º, 7º e 9º do FUNDEF, e os Artigos 61 a 67 da LDB se destacam por estabelecerem medidas sobre a profissionalização dos profissionais da educação. Em especial, o Art. 67 da LDB aborda questões referente a formação continuada em seu item II, ao estabelecer aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim.

Na mesma corrente, o governo mato-grossense iniciou uma série de medidas para priorizar o setor educacional. Dentre elas, “foram oferecidos cursos de planejamento pela

coordenação pedagógica, encontros regionais, cursos (...) como ‘Inajá’ e o ‘GerAção’, embora não se falasse ainda em formação continuada na SEDUC” (MAXINO e NOGUEIRA, 2009, p. 61).

Somente em 1997, impulsionado pela participação expressiva de professores junto ao Cefor, que “o modelo de formação continuada de professores criado pela Escola Sagrado Coração de Jesus em Rondonópolis foi aprimorado e ampliado” (SILVA, 2011, p. 59) pelo Governo do Estado, dando origem aos *Centros de Formação e Avaliação do Professor*, hoje denominados Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica (CEFAPRO). Gobatto (2012), apoiado em Rocha (2001), cita alguns consultores da SEDUC/MT que contribuíram nesse processo, dentre eles: Antonio Carlos Máximo (Universidade Federal de Mato Grosso), Selma Garrido Pimenta (Universidade de São Paulo), e Simone Albuquerque da Rocha (Escola Sagrado Coração de Jesus).

De todo modo, o modelo de formação continuada do Cefor não se estendeu para o CEFAPRO, especialmente durante seus primeiros cinco anos de funcionamento, em que se destacaram formações pontuais e o distanciamento da Universidade e Sindicato. Xavier (2013, p. 32), observa que:

[...] apesar da inserção de dois novos elementos (SEDUC e CEFAPRO), [a] medida acabaria por proscrever a participação direta da Universidade nesse processo, corroborando para o distanciamento entre estas instituições.

Apenas em 2003, com a criação do Projeto Sala de Professor, reconfigurado em 2010 como Projeto Sala de Educador (PSE)<sup>64</sup>, que observamos uma aproximação da política de formação com o modelo desenvolvido no Cefor, em virtude do desenvolvimento de ações de formação no interior das escolas, considerando o contexto de trabalho do professor e centrada em cada unidade escolar.

Em relação à dinâmica de execução do PSE, a responsabilidade pelo seu desenvolvimento recai sobre o coordenador pedagógico da escola, o qual tem acompanhamento da equipe de formadores do CEFAPRO de seu polo. No PSE, há momentos de estudos e reflexão, troca de experiências e debates, no sentido de buscar soluções coletivas e de forma articulada à pesquisa científica e sociocultural, dentro da realidade em que a escola se encontra (MATO GROSSO, 2015). Contudo, tanto a

---

<sup>64</sup> Inicialmente, o Projeto Sala de Professor era voltado apenas para o corpo docente, com a reconfiguração, observamos a inclusão dos profissionais Técnico e Apoio Administrativo Educacional no rol dos educadores atendidos pela formação continuada.

Universidade, quanto a organização sindical continuaram afastadas da formação continuada oferecida pelo estado.

O PSE foi executado, nesses moldes, até o ano de 2015, quando o então governo anunciou uma série de medidas que reconfiguraram a política educacional, dentre elas, a criação do Núcleo de Desenvolvimento Profissional na Escola (NDPE), que vinculou as ações de formação continuada aos resultados da avaliação em larga escala realizada pelo estado e a uma série de temáticas<sup>65</sup> que devem ser desenvolvidas no processo formativo.

Dessa forma, observamos um novo distanciamento em relação à concepção original do Cefor, agora com a definição de temas de maneira vertical pelo governo, sem considerar as especificidades de cada escola. O espaço formativo colaborativo do PSE, em que os professores podiam refletir “sobre as suas práticas, seus contextos, suas realidades, identificando fragilidades e desafios” (MATO GROSSO, 2014, p. 4) para a melhoria da qualidade de ensino da escola, passou a ser um programa de formação concebido a partir de indicadores e referências externas à escola.

Neste cenário, propomos a execução do GT, descrito anteriormente, como uma forma de reaproximação entre Universidade e Escola, propondo observar possíveis vantagens e desvantagens à formação continuada de professores.

## CONSIDERAÇÕES

Em nossa leitura das transformações político-educacionais no estado de Mato Grosso, observamos um afastamento do projeto de formação continuada de professores com relação a universidade e as organizações sindicais entre os anos de 1995 e 2016, além de uma recente verticalização na tomada de decisão no que se refere aos objetos e temáticas de estudo, o que pode levar ao distanciamento entre as ações de formação e as reais necessidades da escola.

Por outro lado, descrevemos uma proposta de Grupo de Trabalho (GT), executado em 2016, com o intuito de problematizar atividades que envolvem *categorias do cotidiano* do professor, a partir do compartilhamento de entraves, potencialidades e realizações de suas práticas profissionais. O GT pode ser visto, também, como uma possibilidade de reaproximação entre Universidade e Escola.

---

<sup>65</sup> Elencadas na Portaria nº 161/2016/GS/SEDUC/MT.

A pesquisa de Mestrado, que parte dessas duas realidades, pretende destacar as tensões da prática profissional de professores e possibilidades para a política ou ações de formação continuada.

## AGRADECIMENTOS

À SEDUC/MT pelo apoio, na forma de Licença para Qualificação Profissional.

## REFERÊNCIAS

BRUNELLI, OA. *Concepções de EJA, de ensino e de aprendizagem de matemática de formadores de professores e suas implicações na oferta de formação continuada para docentes de matemática*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação)-Inst. de Educação, Univ. Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

GOBATTO. MR. *Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso: um olhar sobre a área das ciências da natureza*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação)-Inst. de Educação, Univ. Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

HOFFMAN, T. *Formação continuada de arte/educadores nos centros de formação e atualização dos profissionais da educação básica de mato grosso (2009-2010)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação)-Inst. de Educação, Univ. Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

IMBERNÓN, F. *Formação permanente do professorado: novas tendências*. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2009.

LINS, RC. O Modelo dos Campos Semânticos: estabelecimentos e notas de teorizações. In: LAUS, C. et al. (Orgs.). *Modelo dos Campos Semânticos e Educação Matemática: 20 anos de história*. São Paulo: Midiograf, 2012. p. 11– 30.

MATO GROSSO. *Sala de Educador: orientativo 2014*. SUFP/SEDUC/MT. Cuiabá, 2014.

MATO GROSSO. *Sala de Educador: orientativo 2015*. SUFP/SEDUC/MT. Cuiabá, 2015.

MAXIMO, AC; NOGUEIRA, Genialda Soares. *Formação continuada de professores em Mato Grosso (1995-2005)*. Brasília: Liber Livro, 2009.

NOBILE. MGO. *A política de formação continuada dos professores do ensino médio de uma escola estadual do município de Diamantino/MT*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação)-Inst. de Educação, Univ. Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

NÓVOA, A. *Professores: Imagens do futuro presente*. Lisboa/Portugal: EDUCA, 2009.

ROCHA, SA. *Os professores leigos e o Proformação: uma alternativa possível a partir do projeto piloto de Mato Grosso*. Tese de Doutorado. Univ. Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho. Marília, SP: UNESP, 2001.



SACRISTÁN, José Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Tradução: Ernani F. da F. Rosa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. *Revista de Educação*. PUC-Campinas - ISSN 2318-0870, n. 24, 2012.

SILVA, RO. *Políticas de formação continuada do professor formador em um centro de formação e atualização dos profissionais da educação básica*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação)-Inst. de Educação, Univ. Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

VIOLA DOS SANTOS, JR. *O uso de categorias do cotidiano para o desenvolvimento profissional de professores que ensinam matemática*. Proposta ao CNPq. Edital Universal - MCTI/CNPq N° 14/2014. Campo Grande, 2014.

XAVIER, IO. *A política de formação continuada de professores de Mato Grosso: percepções de um grupo de professores/formadores do CEFAPRO*. Dissertação (Mestrado em Educação)- Inst. de Educação, Univ. Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013.